

PROCESSO TCE Nº 22.120.2016-20

ENTIDADE: Câmara Municipal de Porto Acre

OBJETO: Pedido de Revisão da decisão contida no Acórdão nº 9.031/2014 exarada nos autos do Processo nº 16.089.2012-60 TCE-AC c/ 01 anexo (Prestação de Contas da Câmara Municipal de Porto Acre, exercício de 2011).

RESPONSÁVEL: Wanderson Pereira de Sousa – CPF: 919.000.932-00

PROCURADOR: José Ulineide Benigno Gomes – CPF: 180.949.022-72

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

## ACÓRDÃO Nº 10.281/2017

### PLENÁRIO

**EMENTA:** Pedido de Revisão da decisão contida no Acórdão nº 9.031/2014. Câmara Municipal de Porto Acre. Conhecimento. Provimento Parcial. Mantida a irregularidade referente à contratação de sistemas e serviços de contabilidade sob argumento de inexigibilidade de licitação não respaldada pelas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93 e Incorreção da Demonstração das Variações Patrimoniais inserta nos autos da Prestação de Contas. Notificação ao atual Presidente da Câmara Municipal de Porto Acre.

**Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, pelo: **1)** pelo **conhecimento** do presente recurso, por ser próprio e tempestivo, para, **no mérito**, nos termos do art. 70, inciso V, da LCE nº 38/1993, **dar-lhe provimento parcial**, mantendo-se as irregularidades referentes a: **i) Contratação de sistemas e serviços de contabilidade no valor total de R\$ 34.800,00, sob argumento de inexigibilidade de licitação não respaldada pelas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93 e ii) Incorreção da Demonstração das Variações Patrimoniais inserta nos autos da Prestação de Contas (f1.40), que não registrou o valor de R\$ 5.899,43 atinentes às transferências diversas concedidas**

*(Devolução a Prefeitura Municipal, do saldo financeiro existente no final do exercício);*

**2) notificar** o Recorrente Sr. Wanderson Pereira de Sousa, Ex-Presidente da Câmara Municipal de Porto Acre, à época, acerca do teor dessa decisão e sobre a obrigação de comprovar perante este Tribunal o recolhimento aos cofres públicos estadual a multa cominada a ele no Acórdão nº 9.031/2014 (R\$3.570,00), nos termos do art. 58, III, “a” da LCE nº 38/93<sup>1</sup> e ao atual Presidente Sr. José Felizardo da Silva para que tome conhecimento desta decisão e adote as devidas providências a fim de evitar as irregularidades acima expostas; **3) autorizar** na hipótese de descumprimento do pagamento da multa estabelecida no item 2 do Acórdão nº 9.031/2014 sua cobrança pela via judicial, nos termos dos arts. 23, inciso III e 63, inciso II, da LCE nº 38/93; **4) encaminhar** cópia desta decisão a Câmara Municipal de Porto Acre para conhecimento e providências que julgarem necessárias em razão do disposto nos arts. 70/71 da Constituição Federal/88 e art. 60 da Constituição Estadual/89; e, **5)** após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco-Acre, 04 de maio de 2017

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**  
Presidente do TCE/AC em exercício

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**  
Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

<sup>1</sup> A obrigação de o responsável, no prazo estabelecido no Regimento Interno, comprovar perante o Tribunal que recolheu aos cofres públicos a quantia correspondente ao débito que lhe tiver sido imputado ou da multa cominada, na forma prevista nos arts. 54 e 89 desta lei.

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**

Fui presente:

**Mario Sérgio Neri de Oliveira**

Procurador – Chefe do MPE/TCE/AC